
AMÉRICA LATINA NA AURORA DO SÉCULO XXI: POR UMA BUSCA DE CONSENSOS ATIVOS¹

LATIN AMERICA AT THE BEGINNING OF THE XXI CENTURY: A SEARCH FOR ACTIVE CONSENSUS

Mónica Arroyo²

RESUMO: Este artigo pretende refletir sobre a atual conjuntura latino-americana considerando as duas violências instaladas pela globalização, finanças e informação, que atuaram de maneira profunda como resultado do avanço do neoliberalismo, principalmente na década de 1990. Ao mesmo tempo considera as diferentes experiências sociopolíticas desenvolvidas nos últimos quinze anos na América Latina, que permitiram imprimir outras dinâmicas nos territórios nacionais e que podem ser consideradas promotoras de novos consensos.

Palavras-chave: América Latina, finanças, informação, formação socioespacial.

ABSTRACT: This article aims to reflect on the current Latin American context considering both violence installed by globalization, finance and information, which acted profoundly as a result of the advance of neoliberalism, especially in the 1990s. At the same time considers the different socio-political experiences developed the last fifteen years in Latin America, which enabled printing other dynamics in national territories and that can be seen as promoting new consensus.

Key words: Latin America, finance, information, socio-spatial formation.

INTRODUÇÃO

Para pensar a América Latina na aurora do século XXI propomos considerar os territórios nacionais não como substratos materiais vazios e inertes, mas como âmbitos usados por múltiplos agentes com diferente força e poder, com distinta capacidade de usufruir e controlar sua base técnica assim como de definir e regulamentar sua base normativa e política. Trata-se de âmbitos com relações de cooperação e conflito em permanente redefinição.

A partir dessa perspectiva, este texto pretende problematizar as duas violências instaladas pela globalização: aquela do dinheiro em estado puro e aquela da palavra monopolizada pelos conglomerados de informação. Na América Latina, ambas atuaram de maneira profunda como resultado do avanço do neoliberalismo, principalmente na década de 1990. Ao mesmo tempo, transformações políticas e sociais promovidas na primeira década do presente século

1 Texto apresentado no XV Encuentro de Geógrafos de América Latina (XV EGAL), realizado na cidade de La Habana, Cuba, entre 06 e 10 de abril de 2015.

2 Professora Doutora do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. E-mail: mmarroyo@usp.br

Artigo recebido em dezembro de 2015 e aceito para publicação em dezembro de 2015.

permitiram enfrentar os problemas gerados pelas violências citadas, de forma específica e com particular grau de profundidade em cada formação socioespacial.

Por um lado, trata-se de territórios fragmentados porque expostos a um histórico processo de desenvolvimento desigual e combinado, à ação de grandes empresas cada vez mais concentradas que desencadeiam uma guerra cruel entre lugares, e à segregação socioespacial que caracteriza o crescimento urbano. Estes processos se acentuam nos anos noventa com o avanço das privatizações, a flexibilização das leis trabalhistas, a precarização do trabalho, a desregulamentação do movimento dos capitais financeiros, entre outros fatores. Mas, por outro lado, e contraditoriamente, esses territórios atualmente se encontram em transformação como resultado de uma ampliação de políticas sociais e de expansão do mercado interno do consumo e, sobretudo, graças ao papel ativo do Estado na condução da economia e em garantia dos direitos sociais. Com efeito, se desenvolvem processos em oposição ao Estado mínimo e à centralidade do mercado que o neoliberalismo defende.

Para isso, nos inspiramos em diferentes práticas sociopolíticas, desenvolvidas nos últimos quinze anos na América Latina, que permitiram outras dinâmicas nos territórios nacionais e que podem ser consideradas promotoras de novos consensos. De todo modo, sempre cabe problematizar a existência desses consensos e interpelar seu grau de eficácia histórica.

AS DUAS VIOLÊNCIAS DA GLOBALIZAÇÃO

Segundo Milton Santos (2000) as duas violências ou tiranias que se constituem como base da globalização, em seu caráter perverso, são: o dinheiro em estado puro, ao qual todas as economias nacionais são chamadas a se adaptar, e a informação comandada por um pequeno grupo de grandes empresas que se dedicam a produção de notícias e *marketing*. Segundo este autor, “são duas violências centrais, alicerces do sistema ideológico que justifica as ações hegemônicas e leva ao império das fabulações, a percepções fragmentadas e ao discurso único do mundo, base de novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos – a que estamos assistindo” (Santos, 2000, p.38).

Para François Chesnais (1998), as tendências essenciais do capitalismo mundial contemporâneo são comandadas pelas operações e opções de um capital financeiro mais concentrado e centralizado que em qualquer outro período precedente. O financeiro ganha uma espécie de autonomia. As instituições bancárias e especialmente as não bancárias são constituídas de “um capital com traços específicos, que busca fazer dinheiro sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de uma especulação bem-sucedida” (Chesnais, 2005, p.36).

As transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira outorgam um caráter predominantemente rentista a esses agentes, que crescem a partir de operações baseadas em lucros puramente financeiros, sem passar por investimentos produtivos; se trata de uma atividade especulativa, que não gera riqueza nem valor. Os grandes grupos industriais são também movidos pela lógica do curto prazo do capital financeiro, sendo regulados pela cotização das ações de suas empresas na bolsa; cada departamento e cada filial deve reproduzir a rentabilidade mínima exigida pelos acionistas.

Ao se acentuarem essas tendências e com a diminuição do dinheiro disponível para investimentos, o emprego diminui e o mercado interno se retrai; desse modo, os territórios nacionais ficam submetidos a novos processos de fragmentação.

Por outro lado, Fabio Contel (2011) destaca a presença crescente das finanças na vida cotidiana por causa da maior acessibilidade das pessoas ao crédito assim como

da publicidade que atrai cada vez mais os indivíduos a um consumo superficial. Nesse sentido, o autor indica um aumento significativo do alcance da bancarização da população brasileira entre os anos de 1999 e 2009 e mostra que, de uma média de uma conta bancária para cada 3,3 habitantes em 1999, passa-se a uma conta para cada 1,4 habitante.

Por sua vez, grandes grupos econômicos dedicados à produção de notícias e propaganda operam com a pretensão de gerar consensos (que quase sempre conseguem). “As mídias nacionais se globalizam, não apenas pela chatice e a mesmice das fotografias e dos títulos, mas pelos protagonistas mais presentes. Falsificam-se os eventos, já que não é propriamente o fato o que a mídia nos dá, mas uma interpretação, isto é, a notícia. [...] O evento já é entregue maquiado ao leitor, ao ouvinte, ao telespectador, e é também por isso que se produzem no mundo de hoje, simultaneamente, fábulas e mitos” (Santos, 2000, p.40).

A informação também participa de uma atividade de caráter rentista. Marcos Dantas (2003), estudioso da relação entre informação e trabalho na fase atual do capitalismo, define esta forma de rendimento como *renda informacional*. “De recurso social, a informação é *travestida* em mercadoria – na verdade, não a informação ela mesma, mas os *objetos* necessários à realização de algum trabalho informacional: desde os CDs que contêm um programa de computador, até calçados esportivos que expõem um desenho característico de alguma marca famosa (Nike, Adidas etc.). A matéria aí serve apenas de *suporte* para a *comunicação* de alguma informação-valor, e de meio para a apropriação desse valor. O assim dito proprietário do suporte ou de outros meios de acesso às fontes de informação passa a extrair desse poder uma espécie de *renda diferencial*” (Dantas, 2003, p. 27). Assim, a informação, como recurso, permite gerar essa renda, já que, por ser essencial à vida social e econômica (como a terra ou uma riqueza mineral), somente pode ter acesso a ela por consentimento (devidamente pago) daquele que se apropriou de tal recurso.

Em um estudo sobre empresas globais de consultoria, Adriana Bernardes da Silva (2012, p.8) indica que estas “aparecem como agentes indispensáveis para a sistematização de informações sobre as virtualidades dos lugares e, ao mesmo tempo, são as grandes propagadoras de novos modelos de gestão, que muitas vezes resultam em uma visão empresarial sobre o uso do território, sendo por sua vez apropriada pelo planejamento público”. Trata-se de empresas que controlam grande parte do mercado mundial e latino-americano de auditoria e consultoria como Pricewaterhousecoopers, KPMG, Ernst & Young, DeloitteTouch. Nas últimas duas décadas estas empresas começaram a influenciar no dinamismo urbano-regional assessorando os governos em suas estratégias de gestão, privatizações, novos investimentos e associações público-privadas.

Nesse contexto, também atuam os círculos de informações financeiras que dão base ao funcionamento do mercado de capitais. Conforme explicam André Pasti e Adriana Bernardes da Silva (2013) as agências transnacionais de informação financeira representam, do ponto de vista geográfico, um controle externo de notícias e informações que incidem no território brasileiro, como vetores verticais que reorganizam e desorganizam o território nacional sob a lógica de agentes hegemônicos dos países centrais. O mesmo ocorre para o caso das agências de classificação de risco, que determinam normas para a gestão e os investimentos públicos. Somado a esse movimento, os autores apontam a existência de um processo ideológico de apoio – conformando uma psicofera de suporte à ascensão de importância do mercado de capitais. Nos campos de disputa pela informação se constrói um forte discurso de justificação e convencimento de seu projeto – incluindo a defesa da importância do mercado de capitais para a sociedade, da racionalidade financeira e do empreendedorismo.

Presentes na América Latina, essas duas violências citadas atuaram de maneira profunda como resultado do avanço do neoliberalismo. Na década de 1990, um conjunto de políticas –

liberalização financeira, abertura comercial e privatizações – foi condição indispensável, não apenas para a renegociação da dívida externa, como também para a inserção dos territórios latino-americanos nos fluxos internacionais de capital. Por um lado, os meios de comunicação anunciavam a quebra do Estado em razão de sua ineficiência (este era o discurso predominante) e, por outro, as privatizações avançavam a passos largos, instalando efetivamente o princípio do Estado mínimo, pressuposto fundamental do neoliberalismo.

Como resultado dessa conjuntura, aumenta a vulnerabilidade dos territórios latino-americanos (Arroyo, 2006). Isso ocorre, por exemplo, quando o pagamento da dívida externa compromete o uso das divisas resultantes das exportações, retirando do território a possibilidade de ganhar mais investimentos em obras de infraestrutura, mais créditos para pequenos produtores, mais financiamento para a saúde, educação, saneamento, habitação etc. Também quando extensas áreas do território são destinadas à produção de *commodities* provenientes da agricultura e mineração, sob o comando de grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros, relegando a população local a rincões menos produtivos do território ou, em maior parte das vezes, obrigando-os a mudar de atividade e até a migrar para outras regiões em busca de alguma fonte de renda.

Esses processos, muito antigos em nosso continente, envolvem uma série de lutas na vida cotidiana dos povos latino-americanos, como adverte Carlos Walter Porto-Gonçalves (2011).

TERRITÓRIOS NACIONAIS ORGANIZADOS A PARTIR DE PROJETOS POPULARES

Nos últimos quinze anos, surgem novos governos no subcontinente latino-americano como resultado de processos eleitorais que se opõem às ideias e estratégias neoliberais predominantes na década de 1990. Foram eleitos os presidentes Hugo Chavez, na Venezuela; Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Roussef no Brasil; Néstor e Cristina Kirchner na Argentina; Tabaré Vasquez e José Mujica no Uruguai; Evo Morales na Bolívia; Rafael Correa no Equador. Trata-se de uma nova conjuntura política construída com dinâmicas próprias em cada formação socioespacial. Segundo Theotonio dos Santos (2011, p.16), “a partir de baixo foram se articulando novos sujeitos sociais ativos com objetivos próprios e o poder de criar novos contextos sociopolíticos e ideológicos capazes de enfrentar o pensamento único neoliberal que imperou em todo o mundo”.

Para Emir Sader (2013) esses governos podem ser caracterizados como pós-neoliberais por sua ruptura com o modelo neoliberal nos seguintes aspectos: a) priorizar as políticas sociais e não o ajuste fiscal; b) priorizar os processos de integração regional e os intercâmbios Sul-Sul e não os acordos de livre comércio com os Estados Unidos; e c) priorizar o papel do Estado como indutor do crescimento econômico e de distribuição de renda, no lugar do Estado mínimo e da centralidade do mercado.

De fato, são governos que priorizam a expansão e fortalecimento do mercado interno, propõem políticas para reduzir a pobreza e a exclusão social, outorgam um papel ativo ao Estado na busca por uma melhor distribuição de renda e do investimento público. Há uma preocupação por encontrar uma efetiva articulação do econômico e do social. Nesse sentido, houve melhoras nas áreas de saúde, educação e habitação, em um quadro de atraso histórico.

Do ponto de vista das relações internacionais, os governos mencionados procuram desde 2003 posições mais autônomas em relação ao intervencionismo norte-americano e também em âmbitos como a Organização Mundial do Comércio (OMC). Ainda assim, o Mercosul ganha uma nova centralidade nas políticas externas dos respectivos países, com o objetivo de

construir uma aliança mais permanente nos marcos da política regional e internacional (Arroyo 2010). Surgem iniciativas como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), a União das Nações Sul-americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), que procuram propiciar uma integração territorial com alcance nas esferas econômica, social e política, e uma coordenação e cooperação maior em assuntos de educação, cultura, infraestrutura, energia, ciências e finanças.

Com a expansão do Mercosul, a criação da Unasul e do Conselho Sul-americano de Defesa, conseguiu-se o abandono do projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e reduziu-se a importância do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da Junta Interamericana de Defesa, criados e sustentados com auspícios dos Estados Unidos. Por sua vez, a existência do Conselho permite à região resolver conflitos internos sem ter que apelar a Organização dos Estados Americanos (OEA) (Fiori, 2014).

Em 2007 criou-se o Banco do Sul, com sete países signatários: Argentina, Brasil, Venezuela, Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai; seu objetivo principal é financiar a integração e conceder crédito sem as restrições tradicionalmente impostas por instituições como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Funda-se a Telesul, rede latino-americana de comunicação, organizada como um órgão multi-estatal com maior participação de Venezuela, Argentina, Cuba, Uruguai e Bolívia, que tem por finalidade ser uma alternativa ao discurso único das grandes cadeias informativas, representando uma pluralidade de vozes.

Nesse período definiu-se em todos os foros internacionais o fim do bloqueio norte-americano a Cuba; em 2009 rapidamente tomou-se uma posição dura frente ao golpe militar em Honduras; houve uma participação ativa e pacificadora nos conflitos de fronteira entre Equador e Colômbia e entre Colômbia e Venezuela; houve uma rápida reação contra o golpe que derrubou o governo do presidente Fernando Lugo no Paraguai.

Podemos dizer que emergem novos regionalismos, com outro conteúdo, com uma intencionalidade simbólica distinta, em que ganham centralidade conceitos como igualdade, solidariedade, justiça social, perdidos na guerra pela competitividade. Há, de certo modo, um avanço em direção a uma ruptura com o modelo neoliberal, e uma busca por pactos territoriais baseados em um maior respeito pelas diversidades.

Os países latino-americanos experimentam, com ritmos diferentes, um crescimento econômico, estimulado pelo ciclo de expansão generalizada da economia mundial, que se prolongou até 2008, quando a crise internacional eclodiu no centro do sistema capitalista e logo afetou as formações socioespaciais do continente. O contágio foi imediato para todos os mercados, em especial para os de crédito e de capitais, e chegou mais fortemente aos países mais endividados e, de modo geral, afetou o comércio exterior dos exportadores de matérias-primas, cujos preços caíram em 50% (Tavares, 2009).

Países de dimensões médias e grandes, urbanizados e industrializados, como México, Brasil, Argentina, Colômbia, Peru, Venezuela e Chile, foram alcançados pela crise, em graus diferentes, com fuga de capital, queda das exportações e do crédito externo e contaminação pelo pânico dos bancos privados nacionais que cortaram crédito e aumentaram os juros cobrados. Por outro lado, um número elevado de países pequenos foi afetado de forma mais direta, uma vez que estes dependem muito mais de produtos importados ou de remessa de dinheiro enviada pelos emigrantes que vivem em países centrais para as famílias residentes no país (Singer, 2009).

As consequências da crise econômica repercutem em um aumento da vulnerabilidade, já que os territórios nacionais ficam submetidos ao vaivém do mercado financeiro. Por isso, decisões que pensem na maioria da população podem fazer diferença nessa conjuntura

adversa. Para Sader (2013) os governos progressistas conseguiram apoio popular em grande parte por suas políticas sociais, apesar da oposição dos meios de comunicação concentrados. Contudo, quando existem problemas em sua implementação, ou quando processos inflacionários desgastam o poder aquisitivo de seus salários ou quando aumenta o desemprego, começam a se perder os apoios da população.

Pode crescer, novamente, o risco das duas violências, a do dinheiro e a da informação, intimamente relacionadas, e sempre vigentes em nossos territórios estruturalmente desiguais. Pode haver um retrocesso em relação à importância do bem público, ao avanço das funções sociais e políticas do Estado.

SOBRE A CONSTRUÇÃO DE CONSENSOS ATIVOS

É necessário encontrar caminhos para a construção de consensos ativos em situações de recessão econômica e de dificuldade, para manter uma correlação de forças favorável a governos de caráter popular e progressista. É preciso pensá-los sempre em uma relação dialética permanente com suas forças sociais fundamentais, segundo lembra Theotonio dos Santos (2011). O mais difícil é enfrentar o papel hegemônico do capital financeiro, que aumenta seu caráter especulativo e não permite canalizar os recursos para investimentos produtivos e geração de empregos, nem para o financiamento de políticas públicas.

Outra frente difícil de quebrar é a capacidade que têm os grandes meios de comunicação de influir na formação da chamada opinião pública. Apesar do importante papel que atualmente têm a *internet*, as redes sociais e os meios audiovisuais alternativos, essas grandes empresas formulam a pauta reproduzida diariamente por rádios e canais de televisão e assim forjam diretamente a agenda política nacional. Por se tratar de grandes conglomerados econômicos, com propriedade cruzada dos diferentes veículos midiáticos, a palavra é monopolizada e criadora de um discurso único.

Precisamos retornar aos clássicos da comunicação, que estudam há várias décadas a trajetória da mídia. Jesús Martín-Barbero (2003) discute o paradigma hegemônico na comunicação e discorre sobre a fragmentação a que o processo de comunicação é submetido, desde que ele é pensado. Segundo este autor, “a verdadeira envergadura teórica da racionalidade informacional reside em sua noção de conhecimento: ‘acumulação de informação mais classificação’. A tendência é então deixar sem sentido as contradições por considerá-las não como expressões de conflitos, mas como resíduos de ambiguidade. Estamos perante uma racionalidade que dissolve o ‘político’. Pois o político é justamente a assunção da opacidade do social enquanto realidade conflitiva e cambiante, assunção que se realiza através do incremento da rede de mediações e da luta pela construção do sentido da consciência social” (2003, p.284).

Em outro texto, que reflete sobre a possibilidade de construir um espaço audiovisual latino-americano, Barbero comenta o seguinte: “os problemas e as possibilidades de um espaço audiovisual latino-americano passam por políticas audiovisuais capazes de assumir o que os meios têm de, e fazem com, a cultura cotidiana da gente, e de implicar ao sistema educativo na transformação das relações da escola com as novas linguagens, os novos saberes e as novas escritas audiovisuais e informáticas. Isto exige que essas políticas partam de, e se centrem, não em declarações de intenções, mas em um sério reconhecimento dos problemas e em uma análise precisa das possibilidades” (1999, p.321). Entre outros aspectos, o autor chama atenção sobre o problema grave que atravessa o cinema na América Latina com os monopólios da distribuição e a circulação. E poderíamos estender isso para o caso dos livros, peças de teatro, exposições de arte, entre outras expressões artísticas.

Uma forma de começar a enfrentar esses antigos problemas é renovar a legislação existente relativa à ação das indústrias de comunicação e cultura. De fato, vários países da América Latina avançaram nesse campo e aprovaram leis importantes que regulam o controle dos meios de comunicação. É o caso da Venezuela, Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai. Esse novo quadro normativo promove um ambiente para a elaboração de imaginários coletivos interculturais mais democráticos e menos monótonos, baseados na pluralidade de vozes que convivem em nosso continente. Estabelecem-se novos paradigmas caracterizados pela busca de uma distribuição mais equitativa dos bens simbólicos e materiais, que geram grandes repercussões no acesso, uso e consumo dos meios de comunicação como também – e fundamentalmente – no que se refere às construções de verdade em relação às informações que são postas em circulação (Saintout; Varela, 2015). Sem dúvida, a construção de consensos ativos também depende da existência de condições técnicas e políticas que permitam a visibilidade de propostas correspondentes a diversas formas de produzir, de expressar-se, de relacionar-se, de viver.

Cabe se perguntar junto com Milton Santos se a nação chamada passiva não seria, na realidade, a nação ativa. “A nação chamada passiva é constituída pela maior parte da população e da economia, aqueles que apenas participam de modo residual do mercado global ou cujas atividades conseguem sobreviver a sua margem, sem, todavia, entrar cabalmente na contabilidade pública ou em estatísticas oficiais... É também a nação que mantém relações de simbiose com o entorno imediato, relações cotidianas que criam, espontaneamente e à contracorrente, uma cultura própria, endógena, resistente, que também constitui um alicerce, uma base sólida para a produção de uma política” (Santos, 2000, p.157). Por ter um dinamismo próprio, autêntico, fundado em sua própria existência, essa parte majoritária da população pode exercer e defender uma política mais condicionada à busca do interesse social.

Esta reflexão também nos leva ao encontro da proposta de Ana Clara Torres Ribeiro (2012), quando comenta que pensar o mercado com base na experiência daqueles que conquistam a sobrevivência em ambientes hostis e antagônicos pode ser um dos caminhos para definir a centralidade popular, e assim construir uma interpretação do mundo permeada pelas especificidades históricas de nosso continente.

Teríamos ainda que estar preocupados com uma discussão sobre o Estado, ou melhor, sobre sua forma histórica. Álvaro García Linera (2010), em seu livro *La potencia plebeya*, discute a atual conjuntura boliviana e coloca a seguinte questão: “O que se debate – e o que distingue polaridades no campo político – não são os temas, mas sim os modos e a velocidade de abordá-los: pluralidade cultural em sua forma mais avançada? Pluralidade nacional em sua forma mais conservadora? Pluralidade cultural e linguística? O reconhecimento da diversidade do Estado, Estado produtor e Estado descentralizado; estes são três eixos prevaletentes de sentido comum da época. E não importa se a pessoa está no governo ou na oposição, de uma ou outra maneira tem que se referir aos três componentes ou simular que os assumam” (2010, p.346).

Precisamos pensar em termos de transição histórica estimulando projetos que não sirvam unicamente de resistência aos embates do neoliberalismo, onipresente, mas que, de forma simultânea, proponham caminhos para a construção de territórios organizados de forma mais justa, soberana e solidária.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Mónica. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos. O papel das finanças. In: LEMOS, Amália Inês, SILVEIRA Maira Laura; ARROYO, Mónica (orgs.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p.177-190.

- _____. Mercosul: definição do pacto territorial vinte anos depois. In: ARROYO, Mónica; ZUSMAN, Perla. (Orgs.). **Argentina e Brasil: possibilidades e obstáculos no processo de integração territorial**. São Paulo: Humanitas; Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 2010, p. 59-82.
- CHENAIS, François (org). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998.
- _____. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CONTEL, Fabio. **Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2011.
- DANTAS, Marcos. Informação e trabalho no Brasil contemporâneo. **Lua Nova**, n. 60, p. 5-44, 2003.
- FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- GARCÍA LINERA, Álvaro. **A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **De los medios a las mediaciones**. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2003, primera edición [1987].
- _____. Las transformaciones del mapa: identidades, industrias y culturas. In GARRETÓN, Manuel Antonio (org.). **América Latina: un espacio cultural en el mundo globalizado**. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 1999, p. 296-321.
- PASTI, André; SILVA, Adriana Bernardes da. O mercado de capitais e os círculos de informações financeiras no território brasileiro. *Confins* [Online], n. 19, 2013, Disponível em: <<http://confins.revues.org/8653>>. Acesso em: 5 jun. 2009.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Ou inventamos ou erramos: encruzilhadas da integração regional sul-americana. In: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTE, André (orgs.). **Governança global e integração da América do Sul**. Brasília: Ipea, 2011.
- RIBEIRO, Ana Torres. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.
- SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- SAINTOUT, Florencia; VARELA, Andrea (orgs.). **Voces abiertas. Comunicación, política y ciudadanía en América Latina**. La Plata: Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Periodismo y Comunicación Social; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, Theotônio dos (editor). **América Latina y el Caribe: Escenarios posibles y políticas sociales**. Proyecto Repensar América Latina, volumen 3. Montevideo: Oficina Regional de Ciencia de la UNESCO para América Latina y el Caribe, 2011.
- SILVA, Adriana Bernardes da. Círculos de informações, urbanização e usos do território brasileiro. **Revista da ANPEGE**, v. 8, n. 10, p. 3-15, 2012.
- SINGER, Paul. A América Latina na crise mundial. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 91-102, 2009.
- TAVARES, Maria da Conceição. **A crise financeira: duração e impacto no Brasil e na América Latina**. Carta Maior. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br>>. Acesso em: 5 jun. 2009.